

**A CONTABILIDADE SOCIAL E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
UM ESTUDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
EM TANGARÁ DA SERRA**

RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar a importância econômica do Programa Social Bolsa Família para o município de Tangará da Serra. Buscando ampliar os conhecimentos científicos, com um enfoque específico na Contabilidade Social e seus meios. As metodologias utilizadas foram a pesquisa exploratória, através de entrevistas e questionários com as famílias beneficiárias pelo Programa, juntamente com o levantamento bibliográfico e telematizado. Justifica-se a realização deste estudo envolvendo o tema sobre a desigualdade social e os programas de transferência de renda aliada à Contabilidade Social como instrumento de mensuração, considerando as hipóteses de que o Programa Bolsa-Família realmente ameniza a carência econômica das famílias em situação de pobreza e seu destino está voltado para o atendimento das necessidades básicas de alimentação, educação e saúde. Dentre os principais dados levantados verificou-se que a maioria das famílias beneficiadas (69,8%) tem renda inferior a um salário mínimo e não concluíram o primeiro grau (85%). Observou-se uma melhora significativa na vida dos beneficiários do Programa (87,1%) tendo os recursos, como destino principal, a aquisição de material escolar (59,8%) e alimentos (31,1%). Por fim, constatou-se que o conceito do Programa Bolsa Família varia entre ótimo (35,1%) e bom (58,2%) evidenciando a importância deste programa para as famílias mais carentes, já que para muitas esta é a única possibilidade de obtenção de renda para atender as necessidades básicas.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Social, pobreza, programas sociais.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito se ouve sobre o crescimento da pobreza mundial e que o Brasil, mesmo sendo um país tão rico, é o país das desigualdades, onde poucos têm muito e muitos têm pouco. Para a compreensão destes fenômenos sociais se faz necessário um estudo aprofundado dos fatores que contribuem para a evolução deste quadro. Este é o papel da Contabilidade Social, enquanto ciência, utilizar meios de mensuração para identificar causas e conseqüências relacionadas com os setores e agentes pertencentes ao sistema econômico de um país.

Os primeiros estudos, ainda no século XVII, voltados para objeto social foram motivados pela aceleração do desenvolvimento da análise econômica entre as estimativas de renda e fortuna nacional. Na época, o espírito nacionalista empenhava-se em quantificar comparativamente seus recursos econômicos e avaliar o potencial de guerra perante as nações rivais.

Hoje, as empresas estão descobrindo, a lucratividade proporcionada pelos investimentos na área social, tanto pelo retorno em espécie como pelo marketing gerado. O Balanço Social vem ocupando espaços importantes no universo globalizado e os empresários estão se conscientizando que participar efetivamente do meio social no qual estão inseridos pode trazer grandes benefícios.

De modo geral a Contabilidade Social participa da sociedade como um todo, sendo responsável por oferecer estimativa quanto a geração e distribuição de renda diferenciando crescimento econômico de desenvolvimento econômico.

Crescimento econômico é a elevação do produto agregado do país avaliado a partir das contas nacionais. Já desenvolvimento econômico avalia a qualidade de vida e as diferenças econômicas e sociais da população de um país. Para esta comparação, a contabilidade social faz uso de indicadores que quantificam, em percentuais, elementos indispensáveis para a análise como: renda per capita, analfabetismo, mortalidade infantil, linha de pobreza e outros.

O Brasil é um país que apresenta bons índices de crescimento econômico, ocupando a classificação de país em desenvolvimento, em se tratando de geração de renda, mas quando o assunto é avaliar a qualidade de vida da população a situação muda drasticamente.

A pobreza no país ocupa proporções gigantescas, quase 50% da população brasileira é formada por pobres e extremamente pobres. Estudos demonstram que nos últimos anos este cenário vem se reduzindo ao longo do tempo com algumas mudanças significativas nos anos mais recentes, tendo como principais causas a estabilidade

econômica aliada a uma efetiva política social por meio de programas de combate à pobreza.

No caso do Bolsa Família, considerado pelo Governo Lula como o maior programa de transferência de renda do mundo, os recursos destinados ao programa estão na ordem de R\$ 8 bilhões em 2006 atingindo cerca de 11,2 milhões de famílias superando a estimativa de famílias pobres.

Em Tangará da Serra são aproximadamente 2,6 mil famílias beneficiadas pelo programa até Outubro de 2008 gerando um montante superior a R\$ 1,5 milhões ao ano que contribuem para a economia local.

2. OS FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE SOCIAL E OS PROGRAMAS SOCIAIS

2.1. A Contabilidade social

Um dos mais importantes trabalhos da Ciência Econômica consiste em classificar os variadíssimos fenômenos da vida econômica, procurando reuni-los em grupos que, a partir de determinada metodologia, sejam homogêneos e apropriados para generalizações interpretativas da realidade. Assim, os economistas, em todas as épocas, sempre se preocuparam em elaborar por meio de classificações adequadas, sistemas de informações quantitativas, por intermédio dos quais os muitos e variados detalhes que formam a vida econômica pudessem amoldar-se a esquemas simplificados de interpretação. Neste ponto que se enquadra a Contabilidade Social referindo-se a uma forma especial de estatística econômica, cuja matéria é a classificação e a mensuração sistemática de todas as transações que compõem a vida econômica de uma nação. (Ohlsson, Ingvar 1960)

A Ciência Econômica desde o princípio ocupou-se de pesquisas que conduzissem à elaboração de métodos para o levantamento de informações quantitativas, sistemáticas e interligadas, que permitissem a compreensão a estimativa e a contabilização das atividades econômicas das nações.

Segundo Rossetti (1995, p. 65) de uma forma geral define-se:

Contabilidade Social como a técnica similar às dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre vários tipos de transações econômicas que se verificaram, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país.

A contabilidade voltada para o objeto social começou a ser estudada e definida a partir do séc. XVII motivada pela aceleração do desenvolvimento da análise econômica

agregativa caracterizada por isoladas estimativas de renda e fortuna nacional. Estes estudos eram motivados pelo espírito nacionalista da época que empenhava-se em quantificar comparativamente seus recursos econômicos e avaliar o potencial para a guerra perante as nações rivais.

Uma segunda etapa que se estende da década de 30, já no séc. XX, ao pós-guerra, tem a contabilidade social voltada para o planejamento de políticas anti-depressão e o levantamento de estatísticas que envolvessem as transações econômicas nacionais definindo a estrutura e o potencial do sistema econômico da nação.

Após a Segunda Guerra Mundial inicia-se a terceira etapa da consolidação da Contabilidade Social que decorre até os dias atuais tendo como característica principal a descoberta e a definição de conjuntos interligados de Contas Nacionais, juntamente com aperfeiçoamentos qualitativos, maior refinamento conceitual e estimativas mais precisas.

No Brasil os primeiros registros de estimativas da fortuna nacional foram preparadas por Roberto Simonsen em 1935, mas a implantação definitiva ocorreu a partir da criação do Núcleo de Economia, na Fundação Getúlio Vargas ao qual foram confiados os estudos da renda nacional, o balanço de pagamentos e a evolução dos preços voltada especificamente para um Sistema de Contabilidade Social.

A Contabilidade social é responsável pela mensuração das diversas categorias de transações econômicas que se verificam entre os diferentes setores e agentes que compõem o quadro das economias nacionais.

Assim, fundamentalmente a Contabilidade Social tem por objeto a estimativa de todas as transações econômicas observadas dentro das economias nacionais e entre estas e as do resto do mundo.

2.2. A geração e distribuição de renda

Um dos fatores de maior relevância para estas transações econômicas é a geração de renda diretamente ligado ao processo de produção independente de sua natureza. Esses fatores de produção são originados em qualquer atividade que exija o emprego de recursos econômicos, como o capital ou trabalho.

A geração de renda é o resultado da interligação de qualquer dos três setores de produção, seja primário, secundário ou terciário, com os agentes ativos que operam o sistema econômico, as unidades familiares, empresas e governo e está diretamente ligada com a qualidade de vida da população. É necessário avaliar de que forma a renda gerada no país é distribuída pela população, pois se a geração de renda for substancial, mas sua divisão for muito desigual, a qualidade de vida da população em geral certamente não será boa. O Brasil é um exemplo clássico, apesar de estar entre os 30 primeiros lugares em

renda *per capita*, disputa as últimas colocações no ranking da pior distribuição de renda com países como Guatemala e Serra Leoa, ou seja, a maior parte da renda gerada pela economia brasileira concentra-se nas mãos de poucos, enquanto uma parcela significativa da população vive em condições absolutamente precárias. Para o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, na Assembléia Legislativa do Ceará Ricardo Morishita, em uma palestra realizada em 2005, o Brasil não é um país pobre.

O Brasil comparativamente à renda per capita dos outros países está à frente de 2/3 dos países do mundo. A renda per capita de cada um dos brasileiros dá para prover uma cota diária de alimentação seis vezes a dieta calórica suficiente para cada um dos brasileiros. Temos uma renda per capita que dá para suprir três vezes a quantia necessária para uma cesta básica do cidadão; dá para prover que o cidadão tenha atendimento em educação, em habitação e em saúde.

Segundo Morishita (2005), o problema do Brasil é a distribuição de renda. “Só entenderemos qual é a nossa dificuldade quando entendermos o problema da distribuição de renda nesse país”. A questão não seria gerar riqueza, mas fazer a distribuição adequada dessa riqueza. “Vinte por cento da população mais rica do Brasil ganham 25% mais que os 20% da população mais pobre; na Holanda essa diferença é de 5%; na Índia, ela não chega a 5%. Nosso problema não é crescer economicamente, mas distribuir o que já temos”.

Ricardo Morishita (2005) informou que 34% da população brasileira vivem em estado de pobreza e 15% vivem num estado classificado tecnicamente como de extrema pobreza. “Isto significa tecnicamente que esses 15% nasceram pobres vão morrer pobres e seus filhos vão continuar sendo pobres porque, do ponto de vista econômico, eles não conseguem quebrar esse círculo vicioso”. No entanto, análises sobre a evolução da pobreza e da desigualdade social mostram que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, tanto a pobreza quanto a desigualdade no Brasil vêm se reduzindo ao longo do tempo, com algumas mudanças significativas nos anos mais recentes.

Entre as principais causas da redução da pobreza e da desigualdade está a melhora do acesso à educação e da disponibilidade e custos reduzidos de alimentos e bens de consumo duráveis. O baixo crescimento da economia nos anos mais recentes tem constituído uma limitação importante neste processo, achatando os rendimentos nominais. Mesmo que os indicadores de consumo, expectativa de vida, educação e condições habitacionais aumentem, existe uma redução nas condições de pobreza extrema, ainda que novos problemas tenham também surgido.

Na avaliação da qualidade de vida da população é necessário considerar não aspectos econômicos, como a geração de renda e sua distribuição, mas até que ponto eles

são revertidos em benefícios para a população sob a forma atendimento a saúde, educação, saneamento, etc...afetando diretamente o bem-estar social.

Nesse sentido, precisamos confrontar *crescimento econômico*, ou seja, a elevação do produto agregado do país avaliado a partir das contas nacionais com *desenvolvimento econômico* que é a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais. Para esta tarefa alguns indicadores econômicos e sociais auxiliam no diagnóstico do desenvolvimento de um país com relação à distribuição de renda e qualidade de vida da população.

A distribuição de renda de um país pode ser avaliada a partir de um índice denominado *índice de Gini*, que varia de 0 a 1, quanto mais perto da unidade pior é a concentração de renda. O Brasil está em torno de 0,6 considerado uma das piores distribuições de renda do mundo e sempre foi um país de enormes desigualdades, nascidas do papel que historicamente desempenhamos no próprio capitalismo, da natureza do processo de colonização e de uma série de outras variáveis de cunho cultural.

Mesmo que seja país conhecido por suas enormes riquezas naturais, culturais e até mesmo tecnológicas, ocupando atualmente a décima primeira posição na economia do mundo, o Brasil conta com uma enorme dívida em matéria de respeito aos direitos humanos como um todo, e em particular em relação aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais.

Segundo Schwartzmann (2004, p.48):

Estima-se que 50 milhões de brasileiros vivam na linha abaixo da pobreza. Do ponto de vista formal, o país conta com uma Constituição das mais avançadas do mundo, leis extremamente favoráveis aos direitos humanos, dois programas nacionais de direitos humanos (o primeiro, de 1996, mais relacionado a direitos humanos civis e políticos; o segundo, de 2002, mais relacionado a direitos humanos econômicos, sociais e culturais), ratificou os principais instrumentos de proteção internacional dos direitos humanos (inclusive o Protocolo Facultativo à Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher), mas continua com uma situação de ampla violação aos direitos humanos, e, o que é pior, sem mecanismos práticos de monitoramento da realização prática de direitos.

Outro indicador de relevância é a chamada *Linha de Pobreza*, que indica qual é o mínimo de renda, em termos de valor, que cada habitante deve possuir para satisfazer suas necessidades básicas, na população brasileira existem mais de 11 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Segundo o texto Beccaria, 1997; Rocha, 1997; Rocha, 2000; apud (Schwartzman, 2004):

Existem duas formas de constituir as linhas de pobreza em um país. A primeira é a “pobreza relativa”, ou seja, renda daqueles que estão muito abaixo da renda média de determinado país, e que a sociedade define como insatisfatória. Já a segunda é a “pobreza absoluta”. Nesse item, a renda é inferior ao necessário para consumir os bens considerados essenciais para a vida das pessoas. De maneira geral, predomina no Brasil as medidas absolutas, mas o cálculo varia, de acordo, com as regiões, os estados, as áreas urbanas, rural e metropolitana, entre outros fatores que também influenciam na distribuição de renda.



Figura 1: Miséria absoluta — segundo o Unicef, 50 mil crianças ganham a vida e tiram tudo o que têm, até mesmo a comida, do lixo.

Indicadores relacionados a saúde e educação, como índice de analfabetismo e mortalidade infantil, também são determinantes para avaliar o desenvolvimento e a qualidade de vida em determinado país. A análise desses indicadores aponta que a desigualdade na nossa sociedade estão entre os mais altos do mundo tendo o elevadíssimo grau de concentração de renda e de riqueza sua principal características.

Segundo Simon Schwartzmann (2004) no artigo Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda, em setembro de 2004, a renda mensal, para os 10% mais pobres do país era de 40 reais por pessoa. Já entre os 10% mais ricos, o valor mensal era de R\$ 2.249,67.

É importante observar que estes valores, com os mais ricos ganhando em média quase 60 vezes mais do que os mais pobres, não se referem aos bens que as famílias possuem, mas à renda monetária informada aos pesquisadores do IBGE. Os níveis de renda sobem de forma bastante homogênea até o 9o décimo, ou seja, para 90% da população, e depois sobem abruptamente, para os 10% de maiores rendimentos.

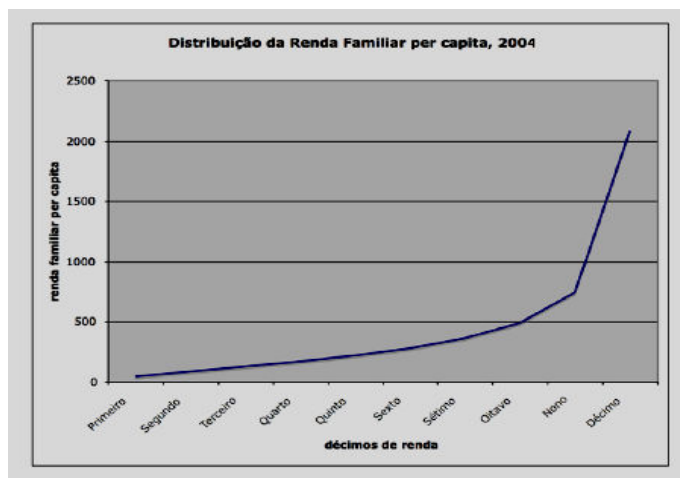


Gráfico 1. Fonte: PNAD 2004, processamento IETS.

Os índices de desigualdade social começam a apresentar queda a partir da década de 90 com a estabilidade econômica, período em que a incidência de pobreza estava em torno de 44%.

Segundo os cálculos feitos pelo IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), o índice Gini brasileiro da renda familiar per capita se manteve estável, em 0.60, entre 1993 e 2001, caindo depois para 0.59, 0.58 e 0.57 entre 2002 e 2004.

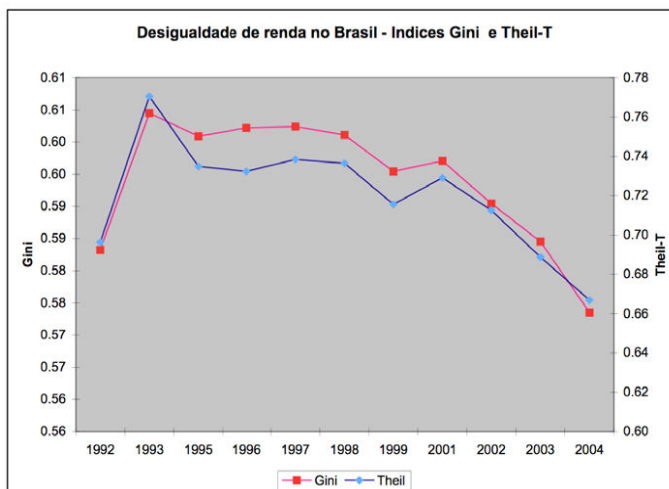


Gráfico 2 – Fonte: PNAD 1992-2004, processamento do IETS

Um dos fatores que contribuiu para o favorecimento da situação econômica do país foi à elaboração e implantação do Sistema Monetário Nacional, Plano Real em 1994. Com o objetivo de manter estabilizados os preços dos produtos, o Plano Real controlou a inflação que em 1993 ficou em torno de 6,6%. Com a estabilização econômica e o aumento do valor real do salário mínimo ocorrido em 1995 inicia-se um processo de transformação das classes sociais. Essa mudança altera significativamente a vida do consumidor e contribuinte. Isso pode ser comprovado, por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (PNAD) que apontam um crescimento na igualdade de renda no país.

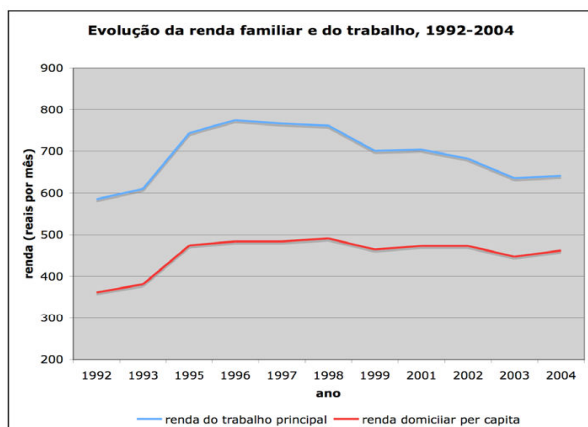


Gráfico 3 – Fonte: PNAD 1992-2004, Processamento do IETS. Valores expressos em reais de 2004, deflacionados pelo INPC.

2.3. Os Programas sociais

Um dos instrumentos fundamentais para combater a miséria e minimizar esse dramático quadro social foi a implantação da garantia de uma renda mínima - a transferência de recursos em dinheiro para pessoas ou famílias que não alcançam determinado patamar de renda.

No mundo todo, há diferentes programas e mecanismos de garantia de renda mínima destinados a públicos diversos e com objetivos e critérios variados. As discussões sobre a renda mínima começaram a ser formulada por pensadores liberais no século XVIII. Mas as experiências com programas de garantia de renda mínima (PGRM) surgem nos países desenvolvidos, no século XX, à medida que vai se consolidando o chamado Estado de Bem-Estar-Social. Seu objetivo era criar uma rede de proteção social para as populações mais pobres, através de uma transferência de renda complementar. Um dos primeiros programas de transferência de renda de que se tem notícia foi instituído pelo governo britânico em 1908. Muitos países europeus já nos anos 30-40 passam a adotar políticas com esse perfil redistributivo. A partir de 1975, quando os empregos passam a se tornar escassos na Europa, os governos introduziram políticas compensatórias, como o salário-desemprego. Em 1986 fundou-se a Rede Européia da Renda Básica, a *Basic Income European Network* (BIEN), com o propósito de se tornar um fórum para debater intensamente todas as experiências de renda de mínima, básica ou de cidadania, nos mais diversos países, rede que difundiu esta idéia mundialmente.

No cenário brasileiro os primeiros conceitos de programas sociais aparecem com o final da República Velha e o advento da Era Vargas. Nesta, pela primeira vez o Estado brasileiro viu boa parte da sociedade como composta de indivíduos e grupos em condição frágil, necessitando de atenção especial para que se igualassem, em termos de oportunidades, às camadas favorecidas da sociedade. Isso foi feito, principalmente, através da criação de um sistema de previdência social.

Nos anos oitenta, há uma aceleração do processo com a consagração, na nova Constituição Federal, dos “direitos sociais”. A previdência social evoluiu, a partir da nova Carta da República, para os conceitos de “proteção social” e de “responsabilidade social”, que significam a assunção, pelo Estado, de uma responsabilidade ainda maior do que a concebida pelo governo Vargas com relação aos setores desprivilegiados da sociedade.

A principal consequência da adoção dos conceitos mencionados é a idéia de “transferência de renda”. Ela significa a decisão, pelo Estado, de transferir renda a pessoas e grupos tidos como de tal forma desprivilegiados, que seus esforços privados jamais seriam de molde a reduzir a distância social que os separa dos setores mais favorecidos.

As políticas de combate à pobreza se intensificaram nos anos 90 pela influência de vários fatores. O mais importante, sem dúvida, foi a campanha nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos que, liderado pelo sociólogo Betinho, conclamou a sociedade brasileira a indignar-se e a mobilizar-se na luta contra a fome e a pobreza.

Para amenizar o problema de desigualdade social, o governo elaborou programas que atendem as famílias pobres como é o caso das políticas de transferência de renda.

Pesquisas recentes demonstram que 20% da redução da desigualdade se deve aos programas de transferência de renda do governo, e que outros 12% se devem à redução das desigualdades devidas à educação (Barros, Carvalho *et al.*, 2006).

O projeto tem a ação limitada tanto pelo pequeno volume dos recursos transferidos para cada família, quanto pela má focalização dos gastos, já que estes recursos são distribuídos tanto a famílias realmente pobres quanto a outras menos pobres, e, além disto, a outras cujo padrão de vida não se expressa com nitidez na renda monetária medida pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Schwartzmann (2004, p.60) afirma:

Um dos argumentos a favor da prioridade que tem sido dada recentemente às políticas de transferência de renda é que elas seriam associadas a condicionalidades, ou seja, à frequência das crianças à escola, ao atendimento das famílias aos centros de saúde pública, e assim por diante. Isto seria importante, porque, em médio prazo, as transferências de dinheiro deveriam fazer com que as pessoas deixassem de depender destes recursos.

Entretanto, as análises macroeconômicas que buscam estimar o impacto destes programas deixam de tomar em conta as questões relacionadas ao sistema federativo e os problemas associados aos diferentes níveis de implementação dos programas sociais. Conforme Schwartzmann (2004), o fato se comprova pelas evidências disponíveis sobre o programa bolsa-escola que mostram um programa muito pouco efetivo do ponto de vista educacional, não só pela má focalização, como também pela impossibilidade de controlar

efetivamente sua condicionalidade mínima, que é o controle de frequência à escola.

Os recursos a ele destinados teriam tido maior impacto se fossem utilizados para fortalecer as escolas e seus vínculos locais e diretos com as comunidades das quais participam. Programas específicos que apóiam ações descentralizadas de governos estaduais, municipais e da comunidade, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, parecem ser muito mais bem sucedidos do que programas genéricos como o da bolsa família. É um tema que precisa ser aprofundado.

No Brasil o que abriu o campo para a ação governamental, foi a aprovação no Senado, em 1991, do projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT/SP), que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), segundo o qual toda a pessoa de 25 anos ou mais que não recebesse o equivalente, hoje, a cerca de R\$ 350,00 teria o direito de receber 30%, ou até 50%, da diferença entre aquela quantia e sua renda. Posteriormente enviado à Câmara dos Deputados, o projeto recebeu parecer favorável do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), mas até hoje, apesar de pronto, aguarda para ser votado.

E em termos efetivos, é só a partir dos governos sucessivos que a questão da pobreza ganha relevo na agenda pública, pelas mãos do governo Fernando Henrique Cardoso, com o Programa Comunidade Solidária, ou seja, no final da primeira metade da década de 90 é que as políticas sociais passam a ser formuladas levando-se em conta a pobreza enquanto uma questão social, tomando como exemplo experiências prévias de governos municipais com programas de transferência de renda, como é o caso dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, dentre outros.

O Programa Bolsa Escola surgiu em 1995, na cidade de Campinas e no Distrito Federal, diretamente vinculado à educação. O sucesso da experiência fez com que o Programa adquirisse nível federal tendo como objetivo elevar o bem-estar de famílias carentes e incentivar a escolarização de seus filhos ou dependentes.

O Programa governamental Bolsa-Escola compôs a chamada Rede de Proteção Social instituída no governo Fernando Henrique Cardoso, no período de 1999 a 2002, a qual incluía ainda, entre os mais divulgados, o Programa Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás e os demais programas assistenciais e de geração de renda.

"A idéia é que a elevação do nível educacional dessas crianças permitirá ampliar sua capacidade futura de geração autônoma de renda, rompendo com o círculo vicioso de reprodução da pobreza". (Lena Lavinias, coordenadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA).

Mas é a partir de 2003 que se registra a tendência de a questão social da pobreza e da desigualdade adquirir um papel mais acentuado na agenda pública, seja em torno das políticas macroeconômicas, seja em torno de metodologias de se diagnosticar e medir a

pobreza e a desigualdade social, seja em torno dos programas de combate à pobreza que vêm sendo implementados, como o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família, seja pelo seu oposto, um relativo vazio no debate sobre o que venha a ser desenvolvimento social no contexto atual.

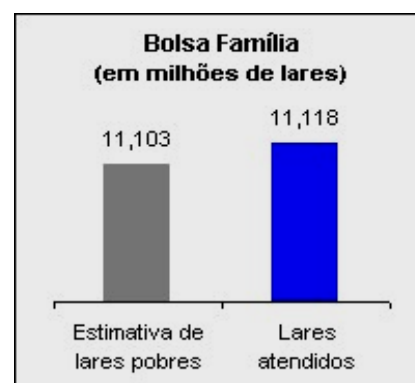
2.4. Bolsa família

A individualidade dos programas sociais existentes acabava privilegiando algumas famílias que acabavam recebendo mais de um benefício, por isso com a entrada do Governo Lula houve a unificação de todos os demais programas constituindo apenas um denominado Bolsa-Família, criado em Outubro de 2003, e considerado pelo governo como o maior programa de transferência de renda do mundo, contando com recursos da ordem de R\$ 6,5 bilhões em 2005.

O Programa Bolsa Família, é um programa de transferência de renda com condicionais (frequência escolar e cartão de vacinação completo das crianças, nas idades respectivas, e acompanhamento pré-natal das gestantes), e consiste na transferência de um valor fixo de R\$ 62,00 e um variável de R\$ 20,00 por criança de até 15 anos, num total de até três crianças. As famílias com renda *per capita* de até R\$ 60,00 recebem o valor fixo e o valor variável correspondente; e as famílias com renda *per capita* entre esse valor e R\$ 120,00 recebem somente o valor variável, segundo as mesmas regras.

No entanto inova quando elege a *família* como beneficiária, e não cada um de seus membros isoladamente, como nos casos anteriores do Bolsa Escola e do Bolsa Alimentação. E inova também ao não estipular quotas de número de bolsas para cada município, já que é meta do governo atingir até dezembro de 2006 todo o universo dos 11,2 milhões de famílias pobres, segundo a PNAD 2001, revisada pelo IPEA14, ultrapassando a estimativa de famílias pobres.

Para a família ingressar no programa é necessário que esteja cadastrada em sistema informatizado denominado Cadastramento Único, criado em 2001, embora simplesmente o fato de a família estar cadastrada não significa necessariamente que ela esteja no programa. A proposta agora é que o Cadastramento Único se torne um instrumento efetivo para a formulação e implementação das políticas públicas, passível de ser utilizado pelas distintas esferas de governo.



Fonte: MDS (2006)

Gráfico 6 – Comparativo entre estimativa de famílias pobres e famílias

Além disso, nesse banco de dados a cada membro da família é atribuído um número de identificação social (NIS), que permitirá maior discernimento por parte do Estado sobre o público alvo de suas múltiplas ações e programas, podendo assim identificar duplicidades e buscar convergências entre as políticas implementadas.

Da perspectiva federativa, o governo busca realizar pactuações com estados e municípios na implementação do programa de tal forma que estes, uma vez tendo programas próprios de transferência de renda, os articulem com o programa federal para além de promoverem programas complementares, e aqueles que não contam com programas próprios articulem ao programa federal programas e ações complementares. De qualquer forma, o que se busca é uma articulação horizontalizada na área social entre as distintas esferas de governo, buscando-se sempre ter como prioridade o público alvo dos programas de transferência como foco prioritário de articulação dos programas que vêm sendo implementados na área social, independentemente da origem da iniciativa por esfera da federação.

Dessa forma, o PBF tem como pressuposto na sua formulação que não se trata de um programa de transferência de renda com condicionalidades como um fim em si, voltado para si mesmo, mas como um programa que, para ter êxito, tem que obedecer a duas premissas básicas: ao mesmo tempo que responder ao tempo do governo, criar raízes para que as políticas de inserção social estejam a ele vinculadas, seja no que diz respeito a políticas de geração de ocupação e renda, seja no que diz respeito a políticas setoriais na área social, levando em conta a integração territorial da população; e também que seja parceira de um processo mais amplo de tornar as políticas públicas virtuosas entre si, ao contrário do velho padrão de serem competitivas, seja no que diz respeito aos respectivos público alvo, seja no que diz respeito às fontes orçamentárias.

O Programa, no entanto, recebe muitas críticas de diversos setores da sociedade. A principal delas é a de que o Bolsa-Família apenas distribua dinheiro entre a população mais carente, e que o nível de vida dos beneficiados pelo programa suba apenas imediatamente após o ingresso no mesmo, com tais pessoas nunca saindo realmente da miséria. Outros alcunham o programa de eleitoreiro e dizem que a propaganda em volta dele seria exagerada.

Para cumprir a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em que “toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários” (Artigo 25), o Programa de Transferência de Renda *Bolsa Família* tornou-se um dos principais instrumentos de combate à fome e de garantia do Direito Humano à Alimentação no Brasil. A proposta vem sendo amplamente elogiada por cientistas sociais e por diversos meios de comunicação em nível mundial.

Segundo um artigo, publicado pela revista britânica *the Economist* (15.09.2005), o Bolsa Família é apresentado como uma nova forma de atacar um problema antigo, ou seja, a fome. A revista enfatiza que o Bolsa Família vem sendo o melhor caminho para ajudar os pobres em comparação com os programas existentes anteriormente. Outros estudos realizados no Brasil destacam que o Programa representa um apoio significativo no sentido de garantir uma alimentação mínima a muitas famílias pobres brasileiras. (cf. Zimmermann 2004, p. 81). Na opinião de Silva/Yazbek/Giovanni (2004, p. 212), o Bolsa Família possui um significado real para os beneficiários, uma vez que para muitas famílias pobres do Brasil esse programa é a única possibilidade de obtenção de uma renda. Quanto à questão da qualidade e da quantidade de pessoas beneficiadas, o Programa significa um avanço em relação às propostas antecedentes.

As famílias beneficiadas devem atender algumas condicionalidades como: manter as crianças de 6 a 15 anos na escola, as crianças de 0 a 6 com a carteira de vacinação em dia, as gestantes devem fazer acompanhamento pré-natal e todos devem participar de programas de saúde familiar.

Porém, há aqueles que pensam que a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, já que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos e que a responsabilidade de garantir a qualidade destes serviços e seu provimento aos portadores desses direitos compete aos poderes públicos.

O Programa deve reconsiderar suas concepções acerca da imposição de condicionalidades e de obrigações aos beneficiários, considerando que a um direito nunca se deve impor exigências, contrapartidas ou condicionalidades. O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação de garantir o acesso aos direitos atualmente impostos com condicionalidades. Zimmermann (2006, p. 25)

O ex ministro da Fazenda Antonio Palloci (2005), no Seminário Internacional "Bolsa Família: 2 anos superando a fome e a pobreza no Brasil" que ocorreu no dia 21 de outubro de 2005 em Brasília, afirmou que na maior parte do Século XX, o tema da política social esteve presente na discussão sobre política econômica apenas em função dos seus impactos orçamentários. "A visão majoritária sobre desenvolvimento econômico no Brasil identificava como papel central da política econômica a garantia das condições necessárias à elevação das taxas de investimento em capital fixo", informou. As maiores taxas de investimento garantiriam maiores taxas de crescimento econômico e, portanto, maior renda per capita. Já a política social, por outro lado, caberia o papel de promover a justiça social e o acesso aos bens meritórios como saúde e educação.

Desde os anos noventa, a pesquisa empírica sobre desenvolvimento tem buscado identificar quais os fatores mais correlacionados com maiores taxas de crescimento das diversas economias na segunda metade do Século XX. Dentre esses fatores, destacam-se as reformas institucionais que incentivem as decisões de investimentos privados e políticas que melhorem de forma efetiva os indicadores sociais, sobretudo de saúde e escolaridade. Palloci (2005, p.2)

Conforme ele, foi por essa razão, que o programa Bolsa Família se consolidou e ampliou significativamente o alcance dos diversos programas de transferência de renda o que é um marco importante para o Brasil porque o programa combina uma política compensatória com uma política estrutural de combate à pobreza, ao transferir renda para as famílias de menor poder econômico e ao condicionar esta transferência à frequência escolar das crianças e ao atendimento de padrões mínimos de saúde. Além disso, Palloci afirmou que mais de 40% da desigualdade de renda no mercado de trabalho brasileiro estão correlacionados com a desigualdade nos indicadores de escolaridade e que estimular o aumento da escolaridade é o mecanismo mais eficaz para reduzir uma das principais razões estruturais de desigualdade de renda porque a transferência melhora o padrão de vida das famílias mais carentes do país.

A pobreza no Brasil tem idade. As crianças constituem a maior parcela dos nossos pobres [primeira lâmina]. Pior, crianças pobres frequentam pouco a escola, reproduzindo o ciclo da pobreza no longo prazo. Por isso, a importância fundamental deste programa: aliviar a pobreza dos grupos de menor renda, garantir padrões mínimos de saúde e estimular a frequência escolar é a forma mais eficaz de superar o grave quadro social do nosso país. Como apontam as pesquisas sobre crescimento econômico, essa política também é parte fundamental de uma estratégia de desenvolvimento econômico. Palloci (2005, p.2)

Para o ex ministro o programa Bolsa Família é também, de todos os programas sociais geridos pela União, o mais eficiente no combate à pobreza, porque é aquele que alcança diretamente a parcela da população de menor poder aquisitivo, ou seja, quase totalidade dos recursos adquiridos é dirigida aos 40% mais pobres do nosso país.

Enquanto instrumento de combate à pobreza e de criação de condições para a inclusão social, o programa Bolsa Família é, sem qualquer sombra de dúvida, aquele que apresenta a melhor relação custo-benefício, na medida em que alcança de forma mais efetiva as famílias de menor renda do país. Dessa forma, o programa Bolsa Família se revela central na nossa política de governo, ao beneficiar os mais pobres, aliviando sua pobreza atual, e criando os instrumentos para a superação das razões estruturais da nossa pobreza, garantindo padrões mínimos de saúde e estimulando o aumento da escolaridade [segunda e terceira lâminas].

Esses programas terão tanto maior êxito quanto à sua capacidade de atuarem sobre a superação da pobreza quanto maior ênfase seja dada às denominadas “portas de saída”, isto é, às políticas complementares voltadas ao aumento da habilidade e da capacidade dos indivíduos para aproveitarem possíveis acessos a fontes de renda autônomas e

sustentadas, e em conseqüência, contribuindo para a construção de sua autonomia frente ao Estado e aos benefícios sociais vinculados aos programas de transferência de renda.

Em Tangará da Serra o processo também seguiu as mesmas fases dos programas de transferência de Renda nacionais, tendo seu início em 2001 sob a administração do Prefeito Jaime Luiz Muraro com a implantação do Programa Bolsa Escola que atendia a cota de 1.225 famílias do município. Posteriormente transformado em Bolsa-Família esse número expandiu, atendendo em dias atuais cerca de 2,6 mil famílias que recebem mensalmente benefícios entre 20 e 122 reais, gerando um montante de mais de R\$ 130.000,00 mensais que circulam no comércio entre farmácias, livrarias e supermercados.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

3.1. Análise dos resultados da pesquisa

Independentemente de no período mais recente o Brasil vir apresentando uma melhoria significativa de determinados indicadores sociais – como saúde e educação, por exemplo – o desafio de se reavaliar a questão social no país continua em aberto. É neste embate que se faz necessária a nova contabilidade social voltada para a avaliação quantitativa de fatores relacionados a qualidade de vida da população.

Segundo Rosseti (1995) a Contabilidade Social se propõe a apresentar uma síntese de informações sobre vários tipos de transações dentro do sistema econômico de um país em determinado período.

A contabilidade Social é responsável pela mensuração das diversas categorias de transações econômicas que se verificam entre os diferentes setores e agentes que compõem o quadro das economias nacionais e a comparação destas com as do resto do mundo. Por isso um dos principais objetos de estudo da contabilidade social é o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Ainda que crescimento econômico seja fundamental para o processo de desenvolvimento, não significa necessariamente que a contrapartida seja na mesma proporção. Crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento.

A avaliação do desenvolvimento de um país se dá através de indicadores econômico-sociais, utilizados pela contabilidade social, para auxiliar na mensuração da qualidade de vida da população. Dentre esses indicadores estão aqueles relativos à distribuição de renda e às condições de acesso da população no que diz respeito a educação e saúde. Outro indicador de relevância é a chamada Linha de Pobreza, que demonstra qual é o mínimo de renda, em termos de valor, que cada habitante deve possuir para atender as necessidades básicas.

No Brasil existem mais de 11 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e o índice de Gini, responsável por apontar a distribuição de renda do país oscila entre 0,6 e 0,5 apresentando uma das piores distribuições de renda do mundo.

No intuito de combater a miséria e minimizar esse quadro social o Governo vem a anos, desde a era Vargas apontado como o “pai dos pobres”, adotando políticas sociais para amenizar o problema da desigualdade social, os chamados programas de transferência de renda. Em 2003, o Governo Lula implantou o programa Bolsa Família, que unificou os programas sociais existentes, e se transformou num dos maiores programas de transferência de renda do mundo atendendo mais de 11 milhões de famílias.

Este estudo tem o intuito de analisar a interferência deste programa de transferência de renda na vida das famílias residentes em Tangará da Serra. Para tanto, efetivou-se a pesquisa de campo tomando-se por base as 2990 famílias beneficiadas pelo Bolsa Família neste município. Utilizou-se o método de amostragem na realização da pesquisa, por meio da aplicação de questionários (apêndice) a 341 famílias inseridas no programa, entre os períodos de Setembro a Outubro de 2008. A amostragem, tem como referência um coeficiente de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. Para compor a amostra desejada foram selecionados os bairros com maior incidência de famílias carentes inseridas no Programa Bolsa Família.

Oteve-se como primeiro índice da pesquisa a constatação das determinações do Programa Bolsa Família em que a responsabilidade do benefício seja exercida pela mulher (figura materna) na qual acredita-se que destinará os recursos do benefício em prol das necessidades básicas da família. (figura 2)

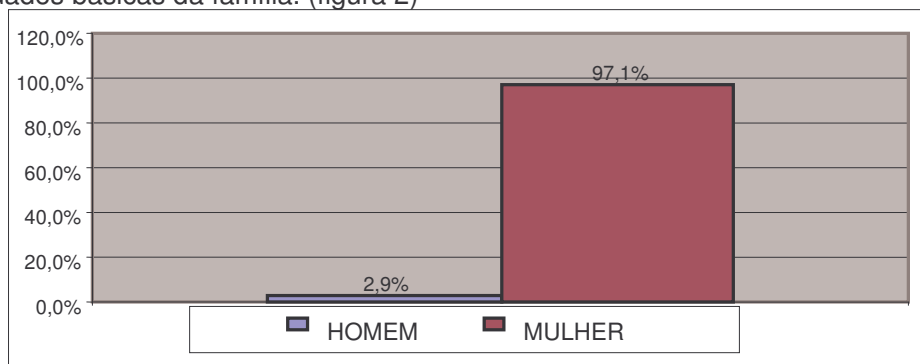


Gráfico 7. Percentual de entrevistados, por sexo, dos beneficiários do PBF

Ressaltando que indicadores relacionados a educação, como índice de analfabetismo, contribuem para avaliação do desenvolvimento do país. Constatou-se que a maioria dos beneficiários entrevistados (56%) estão entre a faixa etária de 30 e 40 anos e 68,3% não concluíram o Ensino Fundamental.

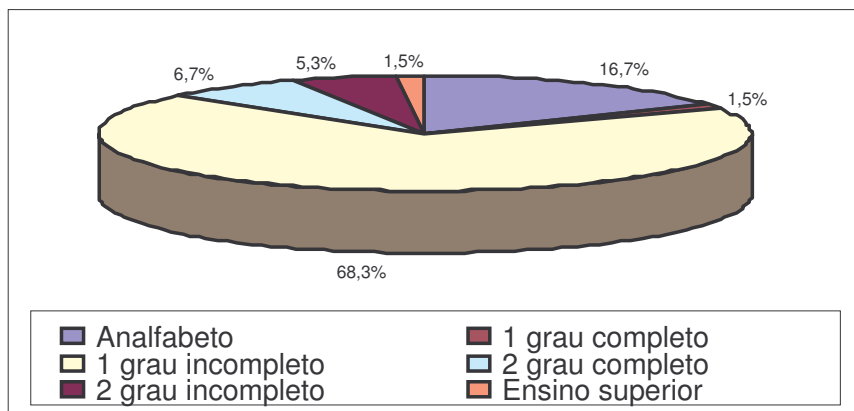


Gráfico 8. Percentual de entrevistados, por Grau de Instrução, dos beneficiários do PBF

Das famílias atendidas pelo programa 71,3 % são formadas de 3 a 5 pessoas e apenas 30,2% apresentam renda superior a um salário mínimo confirmando a realidade da desigualdade social existente em todas as regiões do país.

Este é um dos principais objetivos do programa, proporcionar um auxílio para as famílias mais carentes, segundo Antonio Pallocci (2005) o Bolsa Família é um dos mais eficientes instrumentos no combate à pobreza, porque alcança diretamente a parcela da população de menor poder aquisitivo, a maior parte dos recursos são destinados aos 40% mais pobres do país.

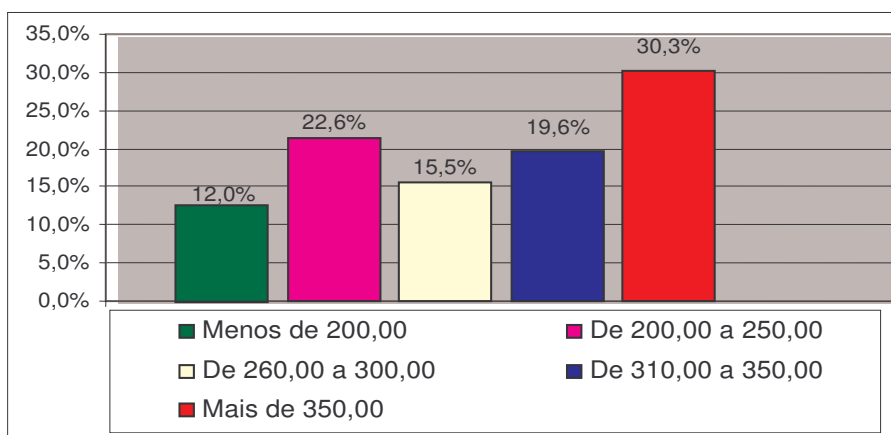


Gráfico 9. Percentual de renda familiar dos entrevistados do Programa Bolsa Família

Embora os índices de desigualdade, devido alguns fatores incluindo, apresentem queda nos últimos anos o padrão de igualdade ainda está muito longe de ser atingido.

Um dos fatores observados no decorrer desta pesquisa e que contribuem para permanência da desigualdade é a questão do mercado de trabalho, do público atendido pelo programa Bolsa Família mais de 50% estão no mercado informal e sem qualificação de mão-de-obra.

Profissão	%
Do Lar	44,3%
Empregada Domestica/Faxineira/Lavadeira	34,0%
Vendedora/Atendente	7,0%
Serviços Gerais	3,8%
Pedreiro/Servente	1,8%
Artesã	2,9%
Serviço Braçal	0,9%
Mecanico	0,3%
Funcionário Público	1,5%
Manicure e assemelhados	3,5%

Tabela 2 – Demonstração das profissões exercidas pelos entrevistados do PRF

Procurando minimizar a situação de carência da população menos favorecida vários programas de transferência de renda foram implantados. Dentre os principais está o Bolsa-Escola que compôs a chamada Rede de Proteção Social do governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo Lena Lavinias (2002), vinculando o benefício a condicionalidade da frequência escolar romperia-se o círculo de reprodução da pobreza, pois com a elevação educacional das crianças estas ampliariam sua capacidade futura de geração de renda.

Os dados da pesquisa comprovam que 52,2% das famílias já estavam inseridas no programa Bolsa-Escola e 37,8% foram contempladas a partir do programa Bolsa Família.

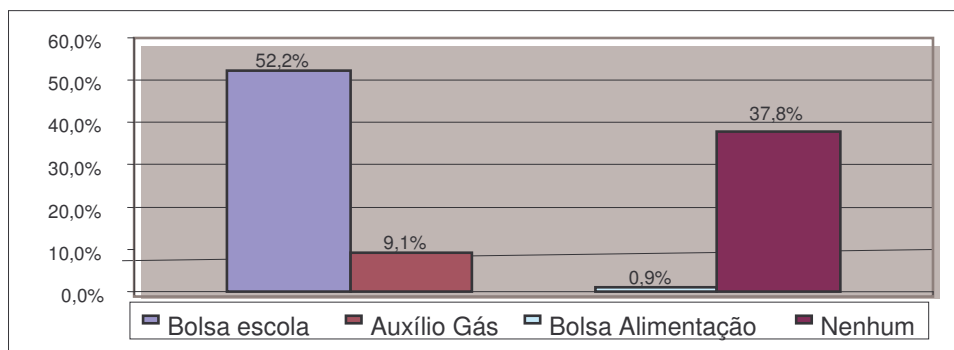


Gráfico 10. Percentual de benefícios recebidos pelos entrevistados antes do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, é o programa de transferência de renda com condicionalidades (frequência escolar e cartão de vacinação completo das crianças, nas idades respectivas, e acompanhamento pré-natal das gestantes), e consiste na transferência de um valor fixo de R\$ 62,00 e um variável de R\$ 20,00 por criança de até 15 anos, num total de até três crianças. As famílias com renda *per capita* de até R\$ 60,00 recebem o valor fixo e o valor variável correspondente; e as famílias com renda *per capita* entre esse valor e R\$ 120,00 recebem somente o valor variável, segundo as mesmas regras.

Observou-se que entre as famílias em situação de pobreza há preponderância de famílias com dois filhos (25,8%) que recebem R\$ 40,00 mensais e das famílias

consideradas em situação de extrema pobreza o número de filhos varia entre 3 ou mais já que 24,9% recebe o valor máximo pago pelo programa.

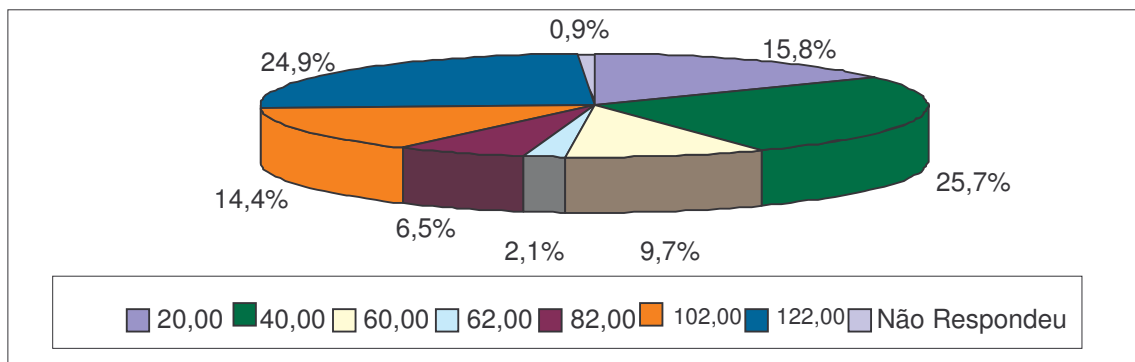


Gráfico 11. Percentual dos valores recebidos pelos beneficiários entrevistados

Muitas críticas são atribuídas ao programa. A principal delas é a de que o Bolsa Família apenas distribua dinheiro entre a população carente e que o nível de vida dos beneficiados pelo programa suba apenas imediatamente após o ingresso no mesmo, com tais pessoas nunca saindo realmente da miséria. Outras, pela má focalização dos gastos, já que os recursos são distribuídos tanto a famílias realmente pobres quanto a outras menos pobres.

A pesquisa expressa com nitidez os argumentos utilizados pela crítica, quando questionadas quanto o que deveria ser melhorado no programa 50,1% optaram por aumentar o valor do benefício pago as famílias e 43,1% declararam que seria necessário melhorar o foco do programa distribuindo somente para quem realmente necessita.

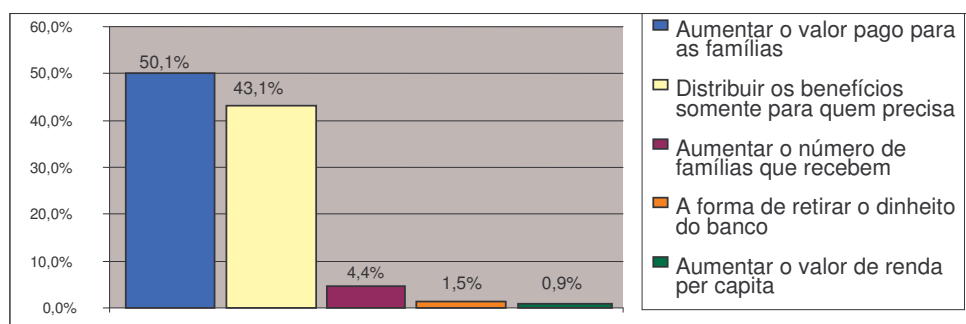


Gráfico 12. Demonstração da opinião dos entrevistados, em percentual, sobre o que deveria ser melhorado no Programa Bolsa Família

A pesquisa constata mudança significativa na vida das famílias atendidas pelo programa, 87,1% declararam ter melhorado de situação com o Programa Bolsa Família. Um fato interessante quanto essa questão é que os 10,6% que afirmaram terem permanecido com a mesma situação antes do benefício tem nível maior de instrução, com pelo menos o ensino médio incompleto.

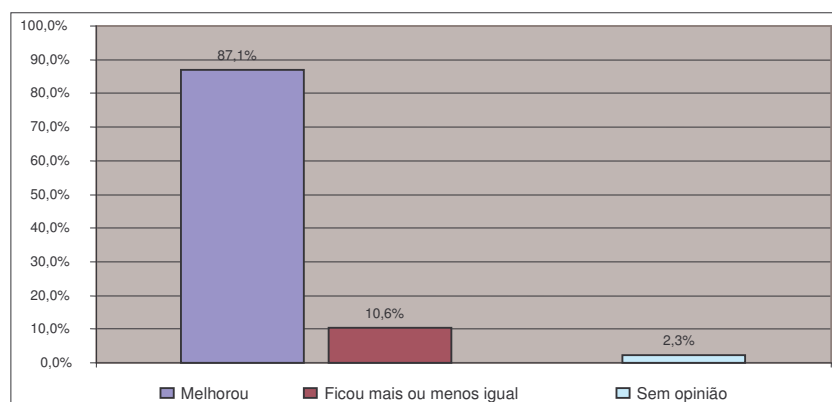


Gráfico 13. Demonstração da qualidade de vida dos entrevistados, posteriormente a contemplação do Programa Bolsa Família.

Conforme Zimmermann (2006), estudos revelam que o Bolsa Família representa um apoio significativo no sentido de garantir uma alimentação mínima a muitas famílias pobres brasileiras. Observou-se que primordialmente as famílias destinam os recursos para a educação (59,8%) adquirindo material escolar e posteriormente utilizam o benefício para aquisição de alimentos.

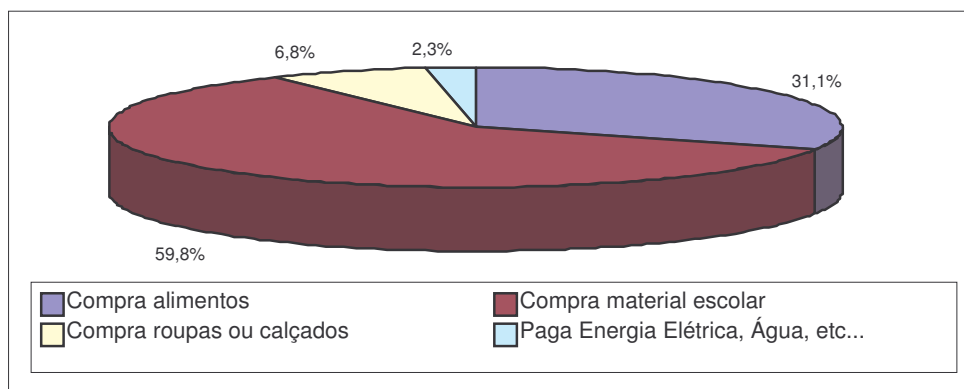


Gráfico 14. Percentual da utilização do benefício Bolsa Família pelos entrevistados.

Mesmo com a ampla divulgação na mídia sobre as condicionalidades do programa o que se constata realmente é o total desconhecimento da população quanto as exigências do Bolsa Família. Cerca de 71,6% das famílias entrevistadas afirmaram não conhecer as exigências do programa e, em virtude deste percentual, as questões relacionadas a identificação de famílias que não atenderiam as exigências e quais as exigências cumpridas pelas famílias ficaram prejudicadas.

Na realidade as famílias de modo geral cumprem as condicionalidades, mas devido o baixo grau de instrução, não sabem que estão cumprindo. Entre as famílias que alegaram cumprir as exigências a principal relacionada (12,6%) foi quanto a manter as crianças na escola e com freqüência superior a 85%.

A falta de esclarecimento também evidencia-se na questão sobre o grau de conhecimento do Programa Bolsa Família, 71% dos entrevistados apenas recebem o benefício sem saber como o programa funciona.

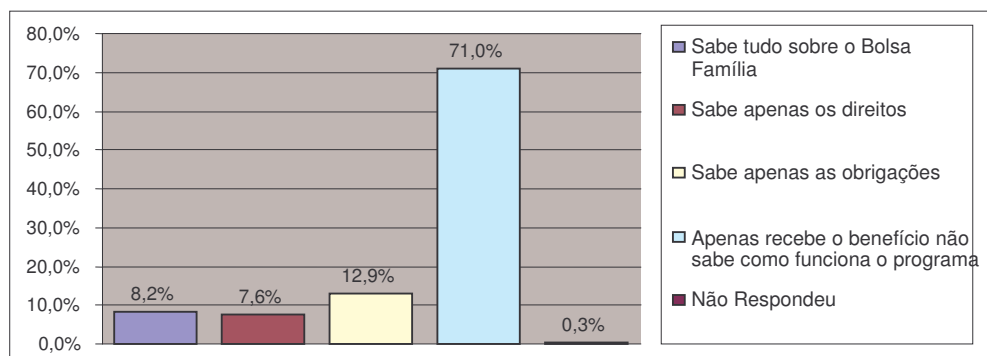


Gráfico 15. Percentual de conhecimento sobre o Programa Bolsa Família dos entrevistados.

De modo geral o conceito do programa varia entre ótimo e bom significando que o Bolsa Família está atingindo seus objetivos, já que para muitas famílias esse programa é a única possibilidade de obtenção de renda.

Nota-se que a pobreza é concebida como sinônimo de carência no que diz respeito ao acesso a rendas condizentes para a satisfação das necessidades básicas com alimentação, saúde e educação, que aliada a outros fatores, resulta num fenômeno denominado exclusão social. É nesse ponto que se torna relevante a dimensão pública das políticas sociais, valendo-se dos programas de transferência de renda com condicionalidades não como políticas para alívio imediato da pobreza, mas como instrumento de um conjunto de ações para o combate a desigualdade social e o resgate a cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade Social ocupa-se de forma especial de estatísticas econômicas, classificando e mensurando sistematicamente as transações que compõem a vida econômica de uma nação. Um dos fatores de maior relevância dentro das transações econômicas está a geração e a distribuição da renda.

O Brasil ocupa atualmente a 11ª posição na economia mundial, contudo apresenta uma das piores distribuições de renda, originada historicamente no próprio capitalismo, da natureza do processo de colonização e de uma série de outras variáveis de cunho cultural.

Essa distribuição de renda desproporcionalizada afeta diretamente as camadas sociais acarretando em uma grande desigualdade. Estimativas apontam que aproximadamente 11 milhões de famílias vivam em situação de pobreza absoluta, não conseguindo atender as necessidades básicas.

Procurando amenizar este quadro de desigualdade, há muito o governo vem adotando medidas para minimizar a situação de carência da população menos favorecida. As políticas sociais surgiram na Era Vargas considerado o “pai dos pobres”, através da criação de um sistema de previdência social e desde então vem aprimorando, mas os índices de desigualdade social só começam a apresentar queda a partir da década de 90 com a estabilidade econômica e uma implementação das políticas de combate à pobreza com programas de transferência de renda.

Pesquisas recentes demonstram que 20% da redução da desigualdade se deve aos programas de transferência de renda, intensificados a partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que instituiu o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família já superou as estimativas de famílias pobres (PNAD2004) atingindo a marca de 11,2 milhões de lares com benefícios que variam entre 15 a 95 reais.

No município de Tangará da Serra, com base nos dados levantados nos meses de setembro e outubro cerca de 2,6 mil famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

Observou-se no decorrer deste estudo que o programa Bolsa Família tem grande interferência na vida dos beneficiários, tendo como objetivo principal o combate à fome e a inserção social.

Diante da pesquisa realizada com as famílias inseridas no programa conclui-se que o Bolsa família realmente contribui para amenizar a situação de carência das famílias, já que 87,1% dos entrevistados afirmaram ter melhorado a qualidade de vida da sua família com o programa. ndiretamente o Bolsa Família contribui para o desenvolvimento econômico da população, já que em contrapartida ao recebimento do benefício as famílias devem atender algumas exigências como a frequência escolar, a vacinação das crianças, o acompanhamento pré-natal das gestantes e a participação da família nos programas de saúde familiar.

Dados da pesquisa demonstram claramente as considerações a cerca das condicionalidades, embora 71,6% dos beneficiários responderam não ter conhecimento das exigências, 59,8% destinam o benefício para aquisição do material escolar.

O conceito do programa para o público analisado varia entre ótimo (35,1%) e bom (58,2%) índices justificados pelo fato que apenas 30,2% das famílias entrevistadas tem renda superior a um salário mínimo.

Para estudos futuros sugere-se a comparação da realidade local com o cenário nacional e a projeção dos índices de evolução do benefício para os próximos anos.

Por fim, diante da realidade dos fatos evidencia-se que os programas de transferência de renda realmente contribuem para a extinção da pobreza.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004 – **Cria o Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: Presidência, 2004.

Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU. **Comentário Geral número 12 - O direito humano à alimentação (art.11)**. ONU: Genebra, 1999.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LAVINAS, Lena. **Boletim de políticas sociais - acompanhamento e análise nº 12, Fevereiro 2006**. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>. Acessado em 26/10/2006

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1998. 475 p.

OHLSSON, Ingvar. **Contabilidade nacional**. Aguilar, Madrid, 1960

OLIVEIRA, Zacarias Bezerra. Morishita fala sobre o Brasil, **Adital**: online, 15 de Junho 2006. Disponível em <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=17183>

PALOCCI, Antonio. **Seminário Internacional "Bolsa Família: 2 anos superando a fome e a pobreza no Brasil"**. Outubro de 2005.

Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/p211005.asp>

PAULANE, Leda Maria. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2000.

PESQUISA do IBGE revela aumenta da concentração de renda. *Gazeta mercantil*, São Paulo, 1997.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade social**. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: a evolução nas duas últimas décadas**. Cnpq, 1996.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Gétulio Vargas, 2004.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Revista espaço acadêmico nº 57**. Fevereiro 2006.

www.espacoacademico.com.br/

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Combate à fome e o direito humano à alimentação no Brasil: O Programa Fome Zero do governo LULA**. Passo Fundo: Passografic, 2004.